Ano VII - Nº 4.312

Terça-feira, 10 de Junho de 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Ouvidoria da Câmara ouve queixas da comunidade de Paramana

Moradores da ilha se dizem cansados de falar com as autoridades e nada ser resolvido



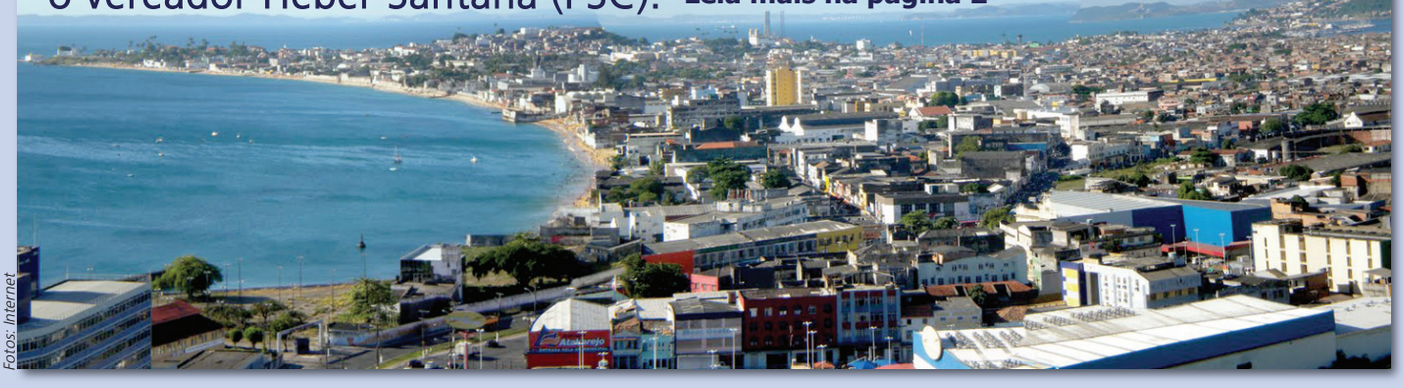
"O importante nesta reunião é certificarmos quais são os problemas que devem ser prontamente resolvidos, como o da falta de saneamento básico", declarou a ouvidora-geral, vereadora Aladilce Souza (PCdoB), que se comoveu com o grande número de crianças com verminoses na região.

Leia mais na página 3

Vereador Heber se reúne com líderes de Itapagipe

Objetivo foi discutir projetos de melhorias para a Cidade Baixa

"Discutimos principalmente sobre intervenções sociais que podemos fazer com a participação e colaboração dos cidadãos, já que esse é um problema que afeta todos os soteropolitanos", disse o vereador Heber Santana (PSC). **Leia mais na página 2**



Fotos: Internet

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Fabíola Mansur
fabiolamansur@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Arnando Lessa
arnandolessa@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretária:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Corregedor Geral:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

Ouvidora Geral:
Aladilce Souza
aladilcesouza@cms.ba.gov.br

Ouvidor Substituto:
Everaldo Augusto
everaldoaugusto@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretário Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Heber tem reunião com lideranças de Itapagipe

Foto: Assessoria do vereador



O vereador Heber Santana (PSC) participou recentemente de reuniões com lideranças comunitárias e religiosas da Península Itapagipana. O objetivo dos encontros, que tiveram a participação do pastor Laurinto, que atua na localidade, foi discutir projetos de melhorias para a região da Cidade Baixa.

"Discutimos principalmente sobre intervenções sociais que podemos fazer com a participação e colaboração dos cidadãos, já que esse é um problema que afeta todos os soteropolitanos", disse o vereador.

De acordo com Heber Santana, atuar em prol da melhoria da vida e do bem-estar da população é uma das suas metas: "Trabalhamos para que todos tenham uma vida digna, por isso é fundamental os projetos sociais, para que possamos tirar as pessoas das ruas dando-lhes melhores condições de vida".

Palhinha reforça indicação para cobrir o canal de Paraguari

Vereador sugere ainda a instalação de equipamentos de lazer e prática esportiva

Foto: Valdemiro Lopes



Vereador Palhinha fez indicação ao prefeito ACM Neto

O vereador Orlando Palhinha (DEM) destacou na Câmara um projeto de indicação de sua autoria que sugere ao prefeito ACM Neto a cobertura do canal de Paraguari, em Periperi. Propõe também a urbanização do local com a instalação de equipamentos de lazer e esporte, nos moldes do que foi realizado na avenida Centenário e no canal do Imbuí.

Na Indicação nº 31/14, considerou que a comunidade de Paraguari, em Periperi, "é uma das mais carentes de Salvador e possui uma densidade populacional de aproximadamente 35 mil pessoas". Frisou ainda que a comunidade sofre em épocas de chuva, por conta do Paraguari que corta a comunidade.

"No período chuvoso, o sofrimento aumenta com as inundações nas casas adjacentes. Acrescente-se o perigo de doença e morte, como aconteceu com uma criança que caiu no canal e contraiu leptospirose e acabou morrendo", salientou o vereador Palhinha.

Se na época de chuva o problema aumenta com as enchentes, na época quente a situação muda de foco, uma vez que "o canal traz mau cheiro e doenças à população, agravando sobremaneira a situação da comunidade".

Foto: Internet



"Pelo exposto, reforço mais uma vez que a comunidade do Paraguari necessita da cobertura do canal e também a reurbanização da localidade com a instalação de equipamentos que vão prover lazer, esporte e convivência, trazendo ainda a valorização da região", concluiu o vereador Palhinha.

População de Paramana pede saneamento básico

Ouvidoria identificou as principais queixas em visita técnica

Esgoto a céu aberto, falta de espaço adequado para vacinação e impasse na escolha de área para desapropriação. Esses foram alguns dos problemas registrados pela Ouvidoria da Câmara Municipal de Salvador em visita técnica a Paramana, região administrada pela Prefeitura de Salvador na Ilha dos Frades, na manhã de sexta-feira (06).

O encontro entre os moradores e a ouvidora-geral da Câmara, vereadora Aladilce Souza (PCdoB), contou com a presença da subcoordenadora Cerise Lemos, da Secretaria Municipal de Educação (Smed); de Antônio Neves, da Superintendência de Conservação e Obras Públicas (Sucop); de Lidiane Carmo, agente de Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), além de Hermano representando a Embasa. A vereadora Vânia Galvão (PT) também participou da reunião.

Durante a visita - solicitada por Francesca Maia, para expor a precariedade dos serviços públicos prestados na ilha - a ouvidora-geral Aladilce Souza esclareceu que a Ouvidoria não tem competência para resolver os graves problemas da ilha, mas sim repassá-los aos órgãos municipais, a fim de serem resolvidos. "O importante nesta reunião é certificarmos quais são os problemas que devem ser prontamente resolvidos, como o da falta de saneamento básico", declarou a ouvidora, que se comoveu com o grande número de crianças com verminoses.

Foto: Assessoria da Ouvidoria



Ouvidora-geral Aladilce Souza debatendo com os moradores de Paramana

O representante da Embasa alegou que as obras na ilha estão completas exceto pela construção da estação de tratamento da água, que ficou pendente após a finalização do contrato com a construtora. A insatisfação dos moradores deve-se pela necessidade de desapropriação de um campo de futebol, o único local de lazer da região, a fim de instalar esse serviço. O assunto já tinha sido debatido pela ouvidora na quinta-feira (5) com o diretor de operação e expansão da Região Metropolitana de Salvador (RMS), Carlos Ramires.

Problemas estruturais

No ponto de apoio para a assistência à saúde na ilha, a ouvidora pôde observar a falta de refrigeração necessária para armazenar as vacinas, além dos relatos de quedas constantes de energia. Já no Colégio Municipal Marcílio Dias, diretoras e professoras reclamaram da falta de espaço para as atividades das crianças até o 5ª ano. Os representantes do Smed alegaram que os problemas do colégio já foram levantados e no próximo dia 27 serão abertas as propostas de licitação para a reforma da escola.

"Estamos já cansados de falar com as autoridades e nada ser resolvido. Se não virmos nenhuma mudança, não iremos mais votar", declarou o secretário da Associação de Moradores de Paramana, Ricardo Santos, expondo o sentimento coletivo dos moradores. A ouvidora reiterou o comprometimento de encaminhar os problemas à Prefeitura de Salvador.



Presidente da Comissão de Defesa da Mulher, vereadora Tia Eron

Comissão prepara homenagem às mulheres negras

Reunião de planejamento de sessão especial será realizada nesta terça-feira (10)

Vereadores da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara Municipal de Salvador começam a planejar, nesta terça-feira (10), a partir das 14h, sessão especial em homenagem ao Dia Municipal da Mulher Negra. O encontro que preparará a solenidade será realizado na Sala das Comissões da Casa Legislativa.

Comissões da Câmara entregarão relatório sobre Educação Infantil à Smed

Colegiados de Defesa da Criança e do Adolescente e da Educação e Cultura agendarão reunião com o secretário da Educação

Com a ausência da representação da Secretaria Municipal da Educação (Smed), foi suspensa a audiência pública conjunta das comissões Especial de Defesa da Criança e do Adolescente e da Educação e Cultura, da Câmara Municipal de Salvador, que aconteceria na tarde desta sexta-feira (6). Como o objetivo era dar continuidade ao processo iniciado em audiência anterior, realizada dia 15 de maio, ficou decidido elaborar um relatório com os questionamentos apresentados no evento e requerer uma reunião formal com o titular da Secretaria Municipal da Educação (Smed).

Com o tema "Educação Infantil – como garantir esse direito?", a audiência, que contou com as presenças, entre outras entidades, de representantes do Fórum Baiano de Educação Infantil, apontou proposições para a melhoria do ensino na rede municipal.

Relatório

Entre as propostas estão: fortalecimento da identidade da EI como 1ª etapa da educação básica (EB) e do regime de colaboração (União, Estado e Município); ampliação do percentual de recursos destinados à educação infantil e das vagas para matrículas das crianças de 0 a 6 anos de idade em centros municipais de educação infantil (CMEI); discussão de estratégias voltadas para a educação dos bebês e das crianças do campo e mais vulneráveis (em situação de pobreza).

O relatório incluirá, também, os encaminhamentos apresentados na audiência como a necessidade de acompanhar a execução orçamentária (PPA e LOA); o déficit de profissionais de educação na rede municipal / terceirização; as condições de trabalho e valorização dos profissionais; cumprimento dos acordos internacionais feitos pelo Município para garantia dos direitos da criança e garantia dos direitos assegurados pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); e a necessidade de novos CMEIs.

Foto: Reginaldo Ipê



Vereador Hilton Coelho em conversa com representantes dos direitos da criança

Projeto autoriza mulher na função de vigilante

Proposta de Suíca vale para agências bancárias e dos Correios na RMS

Apresentado pelo vereador Luiz Carlos Suíca (PT), foi aprovado na Câmara Municipal de Salvador o PL 96/2013 que dispõe sobre quotas para vigilantes do sexo feminino nos postos de agências bancárias e dos Correios na Região Metropolitana de Salvador.

A matéria prevê que 30% dos vigilantes dessas empresas sejam mulheres e define multa de R$1 mil para aqueles que não cumprirem com a determinação.

Segundo Suíca, essa é a preocupação do seu mandato com a mulher e sua situação de vulnerabilidade. "Esse projeto é, principalmente, para tirar a mulher da invisibilidade social. Tirar ela da condição de consumidora dos serviços para trabalhadora", justifica o vereador.

A mesma iniciativa já foi tomada em outras cidades baianas, a exemplo de Feira de Santana.

Fotos: Valdemiro Lopes



Vereador Luiz Carlos Suíca

Vânia Galvão diz que prefeitura "tenta tirar proveito de obras do Governo do Estado"

Causou estranheza à vereadora Vânia Galvão (PT) a colocação de diversas placas assinadas pela prefeitura na Avenida Paralela. Diante disso, ela requereu ao prefeito esclarecimentos e informações sobre o tipo de intervenção que está realizando naquela área.

"Pelo que consta existe na região da Paralela uma grande obra, que é o Complexo Viário do Imbuí, mas que está sendo realizada pelo Governo do Estado. Aliás, esta é uma prática constante da administração do prefeito, com o intuito de confundir a população e se promover às custas de ações, de extrema relevância, dos governos Estadual e Federal", afirma.



Oposição quer impedir venda de áreas públicas

Projeto pode ser votado nesta terça (10)

Foto: Reginaldo Ipê



Vereador Waldir Pires

Pelo menos 11 dos 62 imóveis públicos municipais que a prefeitura de Salvador pretende vender à iniciativa privada são cadastrados como "de uso comum do povo", incluindo praças públicas, sendo, portanto, legalmente vetada sua venda, tanto pela Constituição Federal quanto pelo Código Civil e diversas normas municipais, como a Lei Orgânica Municipal e o PDDU.

A conclusão é do vereador Waldir Pires (PT), que, temendo o uso do "rolo compressor" pelo executivo municipal para aprovar a venda dos imóveis sem uma profunda discussão pela Câmara Municipal, já adiantou sua análise sobre o assunto e revelou que pode buscar, inclusive, a judicialização, "como já se fez com o recente aumento abusivo do IPTU". Com efeito, o assunto pode entrar em votação nesta terça-feira (10), sem ao menos ter passado pela análise da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal.

"Temos que evitar, de todas as formas, que se cometa mais esse absurdo contra a população de Salvador. Além de ilegal, por ferir a Constituição Federal, o Código Civil e normas municipais, a venda de áreas de uso comum do povo, agride frontalmente a democracia. Quem vende hoje a praça do antigo Clube Português, amanhã vende o Campo Grande ou a Praça Municipal. Juridicamente não há diferença", analisa Waldir.

Oceanário

Entre os 11 imóveis de uso comum do povo ele cita como exemplos, além da Praça Wilson Lins, local do antigo Clube Português, na Pituba, a praça Dr. João Mangabeira, no Dique do Tororó. Nesta última existem campos de futebol e a primeira pista de skate do município, "sendo o local diariamente frequentado e utilizado pela comunidade para fins de entretenimento, integrando ainda a área não construída no entorno do Dique do Tororó".

Já a Praça Wilson Lins, serve à população com diversos shows e eventos gratuitos, estando já vários eventos já agendados para o local. No caso desta praça, Waldir lembra já ter havido, inclusive, uma consulta pública à comunidade local, coordenada pela Secretaria Municipal de Articulação e Promoção da Cidadania, que demonstrou a preferência, com 35% dos votos, pela construção de um oceanário no local.

O vereador lembra ainda que a disciplina jurídica desses bens considerados de uso comum do povo é bastante esclarecida, prevalecendo a destinação pública no sentido de sua utilização efetiva pelos membros da coletividade. "São, portanto, bens que, muito além do capital do município, integram o patrimônio da sociedade", explica ele.

Interesse público

Segundo Waldir, o Projeto de Lei 121/2014, pelo qual o executivo busca desalienar esses imóveis, alheia à sua real destinação é ilegal, pois é manifestamente contrário ao artigo 100 do Código Civil, em virtude de que "nenhuma lei estabelece a possibilidade de alienação" ou prevê forma de bem de fato afetado ao uso comum do povo ser alienado.

"Na prática, a administração busca alienar bens eminentemente públicos, de uso da comunidade, confundindo-os com estatais. Trata-se de hipótese em que a atuação da administração vai de encontro ao interesse público, situação em que, para manutenção da destinação pública de imóveis postos para a convivência social, impõe-se a não alienação dos imóveis", sustenta o vereador.

Tiago Correia acusa governo estadual de fazer "jogo político"

Segundo o vereador, "o prefeito não tem o poder de privatizar a Embasa"

O vereador Tiago Correia (PTN) afirmou, nesta segunda-feira (9), que o governo estadual quer desvirtuar a discussão sobre os prejuízos causados pela Embasa a Salvador, ao acusar o prefeito ACM Neto de querer privatizar a empresa. "Todos sabem que o prefeito não tem o poder de privatizar a Embasa e fica fazendo jogo político rasteiro. O que tem que ser explicado são os aumentos abusivos na conta de água, sendo que os serviços prestados por essa empresa aos soteropolitanos é da pior qualidade", salientou. Desde 2007, observou, as tarifas de água aumentaram 81,25 no estado.

Correia disse que a Embasa já abriu mais de 150 buracos em vias que foram recentemente pavimentadas na cidade, sem fazer os reparos com qualidade: "Além disso, não somos contra as privatizações, quando o intuito é melhorar a qualidade do serviço público".

Reforçando ainda mais as críticas ao governo, Tiago Correia acrescentou: "Quem entende bem de privatização é o governador e o PT, que sitiaram Salvador de pedágios, privatizando rodovias federais e estaduais, sem garantir a qualidade dos serviços prestados, a exemplo da BR-324, que sofreu no período junino do ano passado, por conta de uma enorme cratera e, esse ano, sofre pela lentidão das obras em pontes, às vésperas do São João".

Isso, ressalta o vereador do PTN, "sem falar que o governo privatizou até a Arena Fonte Nova".

Foto: Valdemiro Lopes



Vereador Tiago Correia

CÂMARA MUNICIPAL

31ª SESSÃO ORDINÁRIA
2º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 11 DE JUNHO DE 2014 – 14h30min.

Leitura, Discussão, Votação Ata (2º secretário)
Leitura Expediente (1º secretário)

ATA

28ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 4 DE JUNHO DE 2014.

PRESIDENTE: VEREADOR PAULO CÂMARA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ARNANDO LESSA
2º SECRETÁRIO: VEREADOR LÉO PRATES (*ad hoc*)

Compareceram os Senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALAN CASTRO, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ARNANDO LESSA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, DAVID RIOS, DUDA SANCHES, ERON VASCONCELOS, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, FABÍOLA MANSUR, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HEBER SANTANA, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAUJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELL MORAES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PEDRINHO PEPÊ, SÍLVIO HUMBERTO, SOLDADO PRISCO (LICENCIADO), TIAGO CORREIA, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO, VÂNIA GALVÃO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Telegramas do Ministério da Saúde (Fundo Nacional de Saúde); Projetos de Lei n.s 129/14 da vereadora Ana Rita Tavares, 130/14 do vereador Heber Santana, 131/14 da vereadora Aladilce Souza, 132/14 do vereador Toinho Carolino e 133/14 do vereador Isnard Araújo; Projetos de Indicação n.s 165/14 do vereador Everaldo Augusto, 166 e 167/14 do vereador J. Carlos Filho e 168/14 do vereador Euvaldo Jorge. Terminada a leitura do Expediente, foram promulgadas as Resoluções n.s 2.357 a 2.364/14 e, na sequência, foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Henrique Carballal, J. Carlos Filho, Luiz Carlos Suíca e Moisés Rocha no dia 3 de junho. Nos **Registros**, ocupou inicialmente a Tribuna o vereador Leandro Guerrilha, que questionou a possibilidade de a Copa do Mundo deixar legados. Comentou a iminente inauguração de um trecho do Metrô, em função do evento, e contou o caso de uma professora de inglês que estudou na África do Sul mas teve seus serviços recusados pela organização da Copa, o que o fez indagar se haveria, no Brasil, tantos profissionais qualificados com relação ao domínio do idioma estrangeiro, sendo que dados de pesquisas apontam que apenas 3% da população falam inglês. Concluiu lamentando que as famílias brasileiras não possam esperar benefícios trazidos pela Copa do Mundo. Em comunicação inadiável, a vereadora Ana Rita Tavares pediu a retirada do Projeto de Lei n. 925/13. O vereador Everaldo Augusto registrou a presença, na Galeria, dos professores municipais em campanha pelo Plano de Cargos e Salários, cujas assembleias acompanhou. Retomou questionamento feito, aos governistas, em recente Sessão, sobre a piscina da Coordenadoria de Salvamento Marítimo da Prefeitura de Salvador (Salvamar), pois ainda não havia obtido resposta. Lembrou que esse equipamento servia para o treinamento dos salva-vidas assim como para a prática de natação por crianças, o que lhe conferia importância social, e considerou sua extinção a ponta de um problema ainda maior. Reconheceu que o prefeito ACM Neto, pelo tempo em exercício no cargo, não foi quem levou a essa perda, mas considerou que ele passa a ter responsabilidade pela questão. Pela ordem, o vereador Sílvio Humberto dirigiu-se a Mesa para informar que, na última votação realizada, seu Projeto de Lei para Sessão Especial sobre Rômulo Almeida foi aprovado junto a outro idêntico, do vereador José Trindade, que lhe é posterior. O Senhor presidente pediu à Diretoria Legislativa que realizasse triagem nos Projetos para que isso não acontecesse. O vereador Arnando Lessa associou-se ao vereador Everaldo Augusto e lamentou a declaração do ex-vereador Heraldo Rocha de que a "Ceasinha" foi inaugurada para a "baraozada" de Salvador, afirmando que o local é tradicionalmente frequentado por toda a população da cidade, inclusive moradores de bairros populares como Nordeste de Amaralina e Santa Cruz. Disse que o prefeito ACM Neto é quem se interessa pela camada privilegiada da cidade, dedicando-se a reformar a Barra. Lembrando que haveria votação de pré-acordo na Sessão de hoje, o Senhor presidente informou que o vereador Gilmar Santiago pediu mais tempo para analisar a pauta – o que adiaria a votação para a semana seguinte –, e questionou sobre a concordância do Plenário. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues lembrou que a vereadora Aladilce Souza acompanhou o acordo representando a Oposição e, por isso e em consideração ao esforço do presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), pediu a manutenção do acordo. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo defendeu que o esforço do Colégio de Líderes em construir uma pauta comum não fosse desconsiderado pelo interesse de uma parte dos vereadores. Pela ordem, o vereador Euvaldo Jorge solicitou a retirada dos Projetos de Lei n.s 78 e 09/14. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza ponderou sobre a possibilidade de se visualizar a pauta do acordo antes da votação, já que havia questionamentos da bancada de Oposição. Pela ordem, o vereador Léo Prates disse que se houvesse suspensão do acordo, a posição do DEM seria a de convocar nova reunião do Colégio de Líderes para a elaboração de novo acordo. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha lembrou que o presidente Paulo Câmara tem tido o cuidado de realizar nova reunião do Colégio de Líderes após a apresentação dos Projetos que comporão a pauta do acordo, portanto, antes da votação. Disse não querer descumprir o acordo, mas apenas ter mais tempo para analisá-lo. O Senhor presidente disse que a pauta do acordo é de conhecimento da vereadora Aladilce Souza há 15 dias. Ponderou que, se é preciso mais tempo, a Casa é democrática para concedê-lo, mas, se houve falha de comunicação, é preciso saná-la. Pela ordem, o vereador José Trindade lembrou que há bloco independente na Casa, o qual não concorda com a votação do acordo na Sessão de hoje. Pela ordem, o vereador Toinho Carolino solicitou o arquivamento dos Projetos de Lei n.s 707 e 805/13. Pela ordem, a vereadora Vânia Galvão disse não querer desautorizar as lideranças, mas, lembrando que os chamados Projetos polêmicos costumavam ser analisados pelo Colégio de Líderes antes de serem votados, questionou se isso aconteceu. O Senhor presidente respondeu que os Projetos foram analisados um a um e pediu amadurecimento da Casa para, em não concordando com a matéria, votar contra. Dando continuidade aos Registros, o vereador Léo Prates lamentou o descumprimento do acordo e anunciou que o DEM entrava em obstrução a Paralisação de vereadores. Saudou o fechamento do acordo entre engenheiros e Prefeitura, pondo fim à greve e possibilitando o retorno a obras e serviços, com ganho substancial para a classe. Criticou a derrubada de Sessão ontem e disse que "higienização" se aplica à retirada da piscina olímpica da Fonte Nova, à imposição do raio de dois quilômetros de distância da Fonte Nova para ambulantes, à luta para incluir oito baianas de acarajé e ao retardo das obras do Ginásio de Cajazeiras, após a extinção do antigo "Balbininho". O vereador Cláudio Tinoco também lamentou o não-cumprimento do acordo, inclusive com questionamento, que respeitava, do edil José Trindade, o qual criticou a baixa quantidade de votações deste semestre. Comentou ter deparado com tanque de guerra do Exército na porta da Câmara, uma recepção que não se esperava para os turistas que chegarão para a Copa do Mundo. Congratulou-se com o prefeito, que tem agido com responsabilidade e dentro da legalidade com relação à população de rua. E concluiu registrando ter visto hoje, nos Barris, quatro ou cinco camburões da polícia lotados, querendo crer que também o Governo do Estado está cumprindo o seu papel para uma efetiva e especial segurança na Copa. O vereador Hilton Coelho congratulou-se com os educadores pela luta pelo Plano de Carreira ao lado da constante reflexão coletiva acerca do ambiente da Educação. Opinou que os vereadores devem apoiar o pleito da categoria, que se trata de um salto qualitativo, inclusive com a reserva de carga horária, e que o Projeto deve ser votado tão logo chegue a esta Casa. A vereadora Ana Rita Tavares saudou os professores, lamentando que sua profissão não seja prestigiada como deveria. Homenageou o Clube dos Fantoches pelos 130 anos de sua fundação, comemorando a aprovação do Projeto de Lei, de sua autoria, para a declaração de sua utilidade pública, o que lhe permitirá receber recursos federais. Destacou se tratar de um espaço aberto para muitos artistas, inclusive aqueles sem maiores oportunidades profissionais, o que caracteriza uma importante função social. Conclui saudando a direção da entidade. O vereador Marcell Moraes saudou os professores, que exercem a mesma profissão de sua mãe. Comentou o custo da Copa no Brasil, que é três vezes maior que o custo das três últimas edições do evento, e lembrou que, à época da aprovação da Lei da Copa, havia um entusiasmo e a esperança de que a Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) deixasse legado. Lamentou a situação do Jardim Zoológico de Salvador, defendendo sua interdição, e deu os exemplos de animal noturno sendo obrigado a estar acordado durante o dia, para ser exibido aos visitantes, e de animal confinado em área inferior à necessária. Defendeu a revitalização de todos os parques de Salvador e criticou o trabalho voluntário para a Fifa. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha saudou os professores, cuja importância associou à da família. O vereador Luiz Carlos Suíca saudou os professores presentes na Galeria e com eles se solidarizou. Congratulou-se com a valorização de mais de 150% que obtiveram os engenheiros, mas ponderou que ela repercutirá nas demais categorias de trabalhadores causando manifestações, já que há outros servidores, como os de limpeza urbana, que ganham apenas um salário mínimo e não conseguirão a valorização que merecem. Lembrou que os trabalhadores de limpeza urbana não são meros catadores, mas produtores de saúde, e que a categoria está evitando a deflagração de greve que, se ocorrer, vai acumular mais lixo do que já está acumulado na cidade, devido à péssima atuação da empresa à frente da coleta. Pela ordem, a vereador Aladilce Souza solicitou a retirada do Projeto de Lei n. 430/13. Pela ordem, o vereador Gilmar Santiago disse que o acordo era para a votação de Projetos não polêmicos. Disse, ainda, que o acordo estava mantido, mas que a pauta deveria passar pelas lideranças antes de vir à votação, pelo que propôs que a votação ficasse para a semana seguinte. Pela ordem, o vereador Euvaldo Jorge defendeu que os Projetos devem ser votados e quem não concordar com o conteúdo deve votar contra. Criticou a tentativa de se impedir a votação, o que considerou uma desmoralização para a Casa, e disse que se negaria a participar das próximas reuniões do Colégio de Líderes se essa postura se mantiver. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues saudou os professores presentes na Galeria e esclareceu que o Plano de Cargos e Salários e o aumento de salário da categoria não serão enviados num mesmo Projeto. Em seguida, disse que não houve obstrução do acesso da Oposição ao acordo, que foi acompanhado pela vereadora Aladilce Souza. Ressaltou a dedicação do presidente da CCJ na análise dos Projetos e considerou que, se a interlocução entre os vereadores da Oposição não aconteceu, não seria justo que toda a Casa restasse prejudicada, sem a realização da votação. Pela ordem, o vereador David Rios solicitou a retirada do Projeto de Lei n. 227/09. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha disse que não havia interesse em não se votar o acordo, e que se pediu o adiamento da votação com o objetivo de acessar previamente o acordo, a fim de saber o que se estará votando, até porque houve acréscimos na pauta. O vereador Pedrinho Pepê saudou os professores e assegurou-lhes apoio ao projeto da categoria. Por fim, sobre a Copa do Mundo, criticou a Fifa pelo uso de pessoas carentes como voluntários. A vereadora Aladilce Souza saudou os professores e os engenheiros municipais, ressaltando as lutas das categorias. Concordou com o vereador Moisés Rocha, defendendo o conhecimento prévio das pautas de acordos. Comentou sobre a audiência pública com o secretário Mário Ricardo, que tratou do Projeto que pretende vender 63 propriedades do Município em áreas nobres, matéria que tem pedido de urgência. Disse que, hoje, o secretário lhe enviou um Ofício que não responde aos questionamentos da audiência pública. Em comunicação inadiável, o vereador Moisés Rocha convidou para o lançamento do Estatuto da Igualdade Racial da Bahia, que será realizado sexta-feira, às 14h, no Palácio Rio Branco. Desejou que também houvesse um estatuto em nível municipal. Pela ordem, o vereador Hilton Coelho registrou os 10 anos do PSol a serem comemorados amanhã, ressaltando a importância do partido para a democracia. Pela ordem, a vereadora Fabíola Mansur parabenizou o PSol e saudou os educadores pela aprovação do Plano Nacional de Educação, que destina 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para o setor. Na oportunidade, como presidente da Comissão de Saúde, informou haver Projeto de iniciativa popular, com mais de cinco mil assinaturas, por 10% de recursos para o financiamento da Saúde. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal saudou os professores e reiterou pedido para que os Projetos de Lei e de Indicação, antes de serem postos em votação, fossem submetidos à assessoria técnica das Comissões, para se evitarem conflitos e desgastes à Casa. Observou que não se trataria de medida regimental, mas, de decisão administrativa. Pela ordem, o vereador Gilmar Santiago, como líder do Governo, questionou quando chegaria, à Casa, a Mensagem referente ao Projeto de Lei sobre os professores. Com a palavra, o vereador Euvaldo Jorge disse que a Casa esperava o Projeto sobre os professores e que estranhava a posição dos vereadores contra a votação, desconsiderando um acordo feito. Afirmou que, se isso se repetir, negar-se-á a participar das reuniões do Colégio de Líderes, pois as pessoas querem ver a Câmara Municipal funcionar, e uma decisão nesse sentido, tomada por todos os líderes, é desmanchada por alguns, sob a alegação de haver polêmica. Opinou que cabe ao vereador votar contra ou a favor – num caso como esse, votando contra os Projetos reputados polêmicos, ao invés de desfazer o acordo. Comentou as críticas à Copa, afirmando que o evento será lindo, e os críticos poderão

seguir reivindicando sobre suas questões. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues afirmou que o Projetos sobre os professores chegará à Casa até a sexta-feira, e disse que essa categoria profissional não está à disposição de quem queira "surfar" sobre ela, fazendo de suas questões um trampolim político. Explicou que o Projeto está sendo finalizado e que a pauta de votação está obstruída por Projeto do Executivo, sendo que sua desobstrução não foi possível pela atitude do grupo que não quis votar na presente Sessão. Afirmou que a bancada governista prioriza o Projeto sobre os professores. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza lembrou já haver esclarecido, ao vereador Joceval Rodrigues e aos demais, que tinha havido concordância sobre a votação, mas outros Projetos adentraram a pauta posteriormente, tornando necessário que ela fosse revisitada, o que pode acontecer sem atraso para a votação sobre os professores, já que o correspondente Projeto ainda não chegou à Casa. Sobre os novos Projetos, deu o exemplo de um que considera polêmico por conferir "superpoderes" a secretário de Governo, e esclareceu não ter havido, nessas circunstâncias, quebra de acordo, como dizem o vereador Joceval Rodrigues e outros. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues disse que a pauta foi acrescida de Projetos de Indicação. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por 15 minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o Senhor presidente Arnando Lessa, antes de declarar encerrada a Sessão, esclareceu que preside as Sessões não como vereador do PT, mas como membro da Mesa e seguindo o Regimento Interno. Lembrou que a questão de ordem tem 3 minutos e que a Mesa foi tolerante com o vereador Joceval Rodrigues em 1 minuto e 55 segundos, assim como também foi tolerante com o vereador Gilmar Santiago. Em seguida, declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para segunda-feira, à hora regimental. REGISTROS: registros do vereador Léo Prates.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA MESA

ATO N.º 448/2014 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 36 do Dec. Leg. 944/2010,

RESOLVE:

Promover para o Nível "05" Classe "C" da Tabela "3", a servidora **ELOINA ALVES LEONE,** cad. 3.210, ocupante do cargo de Assistente Legislativo Municipal, a partir de 1º de Junho de 2014. Salvador, 05 de Junho de 2014.

PAULO CÂMARA
Presidente

ARNANDO LESSA
1º Secretário

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

ATO N.º 449/2014 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 36 do Dec. Leg. 944/2010,

RESOLVE:

Promover para a Letra "Q", na Tabela de Gratificação por Avanço de Competência a servidora **ELOINA ALVES LEONE,** cad. 3.210, ocupante do cargo de Assistente Legislativo Municipal, a partir de 1º de Junho de 2014. Salvador, 05 de Junho de 2014.

PAULO CÂMARA
Presidente

ARNANDO LESSA
1º Secretário

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

ATO N.º 454/2014 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições, **RESOLVE:** Aposentar o Sr. **JOSÉ ANÍSIO VIVAS DE AGUIAR**, cadastro n.º 3.263, Assistente Legislativo Municipal, Nível 5, Classe C da Tabela 3, do Quadro de Pessoal desta Câmara Municipal de Salvador, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº. 41 de 2003**,** cabendo ao Instituto de Previdência do Salvador - PREVIS, fixar os proventos de sua aposentadoria na forma da legislação pertinente, observada a regra de reajustamento do art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Salvador, 06 de Junho de 2014.

PAULO CÂMARA
Presidente

ARNANDO LESSA
1º Secretário

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 24/2014

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º - Alterar a composição da Comissão da Lei de Acesso a Informação Pública, instituída pela Portaria nº 13/2012, no seu artigo 2º, que passará a ter a seguinte redação:

"Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes servidores:

1) Cláudia Patrícia Diniz Correia, matrícula 2.187, lotada na Ouvidoria, que a presidirá;
2) Ana Cristina do Nascimento Barreto de Farias, matrícula 12.715, lotada na Secretaria de Comunicação;
3) Arnaldo Lessa Silveira, matrícula 2.010, lotado na Controladoria;
4) Liana Cunha Pedreira das Neves, matrícula 6.131, lotada na Procuradoria Jurídica;
5) Mario Coutinho Magalhães, matrícula 6.041, lotado na Diretoria Legislativa;
6) José Rodrigues Neto, matrícula 2.039, lotado na Diretoria Financeira;
7) Márcio Rego Cabral, matrícula 11.462, lotado na Assessoria de Informática;
8) Tatiana Valentina Marques de Araújo Góes e Fernandes, matrícula 6.004, lotada na Diretoria Administrativa." (NR)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 05 de Junho de 2014.

PAULO CÂMARA
Presidente

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE ADITIVO

SÉTIMO ADITIVO AO CONTRATO CMS nº 18/2007

PROCESSO DE ORIGEM	CMS nº. 951/2007
CONTRATANTE	CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA	JÔ ANNE DA COSTA SARDEIRO SILVEIRA
OBJETO	Prorrogação do contrato de locação das salas de nº 602, 603, 604 e 605, de sua propriedade e localizadas no Edf. Sul América, sito na Travessa da Ajuda, 02, nesta Cidade.
PRAZO	12 (doze) meses, contados a partir de 17/05/2014.
BASE LEGAL	Parecer da Procuradoria Jurídica e as informações exaradas no processo CMS nº 502/2014.
VALOR MENSAL	R$ 1.295,21 (hum mil duzentos e noventa e cinco reais e vinte e um centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.031.016.2001– 3.3.90.36.000
DATA DE ASSINATURA	17/05/2014
ASSINAM	Paulo Câmara - CMS Jô Anne da Costa Sardeiro Silveira – Contratada
TESTEMUNHAS	Rafael de Aguiar Vinícius Carneiro

RESUMO DE ADITIVO

SÉTIMO ADITIVO AO CONTRATO CMS nº 008/2007

PROCESSO DE ORIGEM	CMS nº. 0716/2007
CONTRATANTE	CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA	EMPRESA PALACE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
OBJETO	Prorrogação do contrato de locação do imóvel denominado Ed. Salvador Center, sito à Rua Ruy Barbosa, 65/67, Centro.
PRAZO	12 (doze) meses, contados a partir de 1º de junho de 2014.
BASE LEGAL	Parecer da Procuradoria Jurídica e as informações exaradas no processo CMS nº 505/2014.
VALOR MENSAL	R$ 3.228,38 (três mil duzentos e vinte e oito reais e trinta e oito centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.031.016.2001 – 3.3.90.39.000
DATA DE ASSINATURA	1º de junho de 2014.
ASSINAM	Paulo Câmara – CMS Luis Carlos Seoane Carrera – Contratada
TESTEMUNHAS	Rafael de Aguiar Vinícius Carneiro

PROCESSO DEFERIDO

Assunto: Licença Especial para usufruir

Cad.	Servidor	Proc. nº	Período	Quinquênio (s)	Duração
2050	Angélica Conceição Batista de Almeida	938/14	30/06/14 a 27/09/14	3º e 4º	90 dias

RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO:

DISPENSA Nº	: 026/2014
PROCESSO CMS	: 0896 /2014
CONTRATANTE	: CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA	: COPOSERV COM. E SERV. DE CAPOTARIA E ESTOFARIA LTDA.
OBJETO	: Serviço de manutenção de bens móveis.
VALOR TOTAL	: R$ 5.492,00 (cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais)
BASE LEGAL	: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
DOT. ORÇAMENTÁRIA	: 01.031.016.2001- 3.3.90.39.000
HOMOLOGAÇÃO	: 05/05/2014

Turma do Isbet visita a Câmara Municipal

Instrutora destaca importância da atividade na formação da cidadania para os jovens





Fotos: Reginaldo Ipê

"Pessoal, o que vem a ser uma pinacoteca?", questionou a monitora Ana Cláudia Costa ao mudar de galeria no Memorial da Câmara Municipal, na tarde de sexta-feira (6). Diante das dúvidas, a mediadora da visita dos alunos do Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento (Isbet) explicou que o local é destinado à exposição de pinturas.

A atividade proporcionou aos participantes uma aula interativa sobre diversas passagens da história do Brasil e da Bahia. Além de Ana Cláudia, a mediação contou com a participação do novo monitor do Memorial, Samuel Silva, auxiliando a turma de oito alunos do curso formador de auxiliares em serviços administrativos.

"A ideia desta observação é construir um conceito de cidadania para eles, oferecendo noções sobre os nossos direitos com foco na responsabilidade social", destacou a professora Carolina Moreira, responsável pela disciplina de Cidadania, no Isbet.

A instituição sem fins lucrativos, localizada no bairro dos Barris, oferece cursos técnicos na área administrativa, inserindo jovens aprendizes no mercado de trabalho.

Trindade parabeniza governo por funcionamento do metrô

Vereador ressalta que início da operação acontece em apenas um ano após o Estado assumir a gestão

Após esperar 14 anos pela conclusão das obras, a população de Salvador terá o metrô funcionando a partir desta quarta-feira (11). O início da operação foi festejado na Câmara Municipal pelo vereador Trindade (PSL), que parabenizou o governo por cumprir a meta em um ano após assumir a gestão do metrô.

"A população soteropolitana aguardava essa notícia há quase 15 anos. Entre as principais capitais do Brasil, Salvador era a única que ainda não tinha metrô e, pior, sem previsão para início do funcionamento. Em um ano, o Governo da Bahia assumiu a responsabilidade de fazer o metrô andar e o fez. Por menor que seja o primeiro trecho, é uma grande conquista, pois o governador Jaques Wagner mostrou que era possível fazer muito mais durante todo o tempo que foi perdido", declarou Trindade.



Foto: Divulgação

Experimental

A primeira fase será experimental, gratuita e irá até setembro, da Lapa ao Retiro (estações Lapa, Campo da Pólvora, Brotas, Acesso Norte e Retiro), com funcionamento de segunda a sexta-feira, do meio dia até 16h, em velocidade reduzida e com intervalo de 10 minutos entre os trens. A capacidade máxima de passageiros por trem é de 200 sentados e 800 em pé. O funcionamento pleno, com trechos completos e pagamento de tarifas, será iniciado em 15 de setembro.



Foto: Valdemiro Lopes

Vereador Trindade

Dando continuidade à obra, em janeiro de 2015, serão entregues as estações do Bom Juá e Pirajá, que fazem parte de um plano de extensão e finalizam a Linha 1 do metrô. A previsão é que, até abril de 2017, a população já tenha todo o sistema metroviário funcionando em Salvador, quando ficará pronta a Linha 2, que irá do Acesso Norte ao aeroporto.

As duas primeiras estações deste trecho (Detran e Rodoviária), já começam a funcionar em outubro de 2015. As paradas de Pernambués, Imbuí, CAB e Pituaçu entram em operação em abril de 2016, já Flamboyant, Tamburugy, Bairro da Paz e Mussurunga serão inauguradas em outubro desse mesmo ano. Por último, a estação aeroporto será finalizada em abril de 2017. Se houver demanda, uma nova parada pode ser construída em Lauro de Freitas.

"O Governo da Bahia assumiu a gestão do metrô para colocá-lo nos trilhos, chamou para si uma responsabilidade outrora tomada por uma gestão que demonstrou falta de comprometimento e ineficácia para solucionar o projeto que já estava em andamento. Acompanhei todo o processo de transferência de gestão e me tranquilizei quando a gestão foi passada para a esfera estadual e ao saber que o governador Jaques Wagner estava acompanhando pessoalmente as obras", comentou Trindade.